



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 27 de agosto de 2012

JORNAL DO COMMERCIO	
CAPA	1
CAPA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Editorial	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
Frente & Perfil	3
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO	
ZFM sob novo risco.....	4
POLITICA	
JORNAL DO COMMERCIO	
China.....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
Ronaldo Castro	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO	
NOTA DE REPÚDIO	7
ECONOMIA	
A CRITICA	
Veículos / Prorrogação.....	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Regras diferentes do ICMS confundem empresariado	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Tributação	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Sérgio Frota.....	11
PLATÉIA	
AMAZONAS EM TEMPO	
Sérgio Frota.....	12
PLATÉIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS	
Valor das notificações por irregularidades no trabalho cai em R\$ 11 mi	13
ECONOMIA	
MASKATE	
Romário defenderá ZFM	14
ECONOMIA	
MASKATE	
NOTA DE REPÚDIO	15
ECONOMIA	

CAPA

Chineses brecam projetos no PIM

A concorrência com os produtos importados da China continua trazendo dificuldade para a ampliação de investimentos no Polo Industrial de Manaus. É o caso da fabricante de produtos eletrônicos Siemens, que na semana passada esteve em reunião com a Seplan. De acordo com nota

da secretaria, o presidente da empresa, Paulo Stark, se disse interessado em consolidar novos investimentos no parque industrial, "mas, demonstrou preocupação com a concorrência, considerada predatória dos produtos similares chineses importados", diz um trecho do comunicado.

Editorial

A bancada federal e a falaciosa promessa de Dilma sobre a ZFM

Mais do que atacar o PSDB e o ex-senador Artur Neto, tentando, a todo custo, baixar os índices de popularidade que asseguram o favoritismo absoluto do líder tucano nas pesquisas de opinião, os candidatos à Prefeitura de Manaus, principalmente os que

detêm mandatos federais e responsabilidades no Congresso Nacional, têm a obrigação de voltar os olhos para o risco de morte que corre a Zona Franca de Manaus.

O presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS), designou uma Comissão Especial para analisar o mérito da PEC que prorroga por mais 50 anos os incentivos à ZFM. Da bancada federal

amazonense, os deputados Átila Lins (PSD) e Henrique Oliveira (PR) foram os únicos que se mobilizaram até agora na luta pela relatoria ou presidência da comissão, a fim de poder interferir no processo de votação da PEC no plenário da Câmara.

No segundo debate da TV Bandeirantes, sobretudo os candidatos Pauderney Avelino (DEM) e Vanessa Grazziotin

(PSD), indiferentes à PEC, preferiram culpar o PSDB de São Paulo pelos prejuízos à ZFM em caso de êxito da Adin interposta pelo governador Geraldo Alckmin no Supremo Tribunal Federal contra as vantagens fiscais do Amazonas na concessão diferenciada de ICMS. Insistiram no despropósito, mesmo com Artur declarando ter rompido com Alckmin desde o governo FHC por causa da

guerra paulista contra as vantagens comparativas da ZFM

Vanessa, assim como Pauderney e Sabino Castelo Branco, fariam melhor perante eleitores de Manaus se, neste momento, atuassem com força e habilidade na Comissão Especial da Câmara, defendendo a prorrogação da ZFM, prometida, mas jamais garantida pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Frente & Perfil

Energia

O diretor de geração e distribuição da Eletrobras/Amazonas Energia, Tarcísio Estefano Rosa, ao fazer uma explanação sobre a oferta de energia no Estado, garantiu ao presidente da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas (Ciama), Aluizio Barbosa, de que nenhuma empresa vai deixar de se instalar no PIM por falta de energia elétrica. A garantia de Tarcísio é um alento para os novos investidores da ZFM.

ZFM sob novo risco

Bancada federal acorda e resolve lutar por relatoria

Átila Lins, Henrique Oliveira e Rebecca Garcia se articulam pela relatoria da Comissão Especial encarregada de analisar PEC que prorroga a ZFM

Por Lucas Câmara

Na mesma semana em que uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade) movida pelo governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), contra o Amazonas e mais quatro Estados esquentou a chamada guerra fiscal no país, o presidente da Câmara Federal, deputado Marco Maia (PT-RS), criou uma Comissão Especial para analisar o mérito da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 506/2012, do deputado federal Henrique Oliveira (PR), que pretende prorrogar a Zona Franca de Manaus por mais 50 anos.

Agora, o esforço da bancada amazonense em Brasília se volta para garantir uma indicação de um de seus membros para a relatoria da PEC a fim de influenciar o processo até a votação no plenário da Câmara. Os deputados Henrique Oliveira e Átila Lins, este pertencente ao PSD, desde terça-feira (21) articulam junto a Marco Maia, preocupados com a relatoria.

De acordo com a deputada federal Rebecca Garcia (PP), vice-líder da presidente Dilma Rousseff na Câmara, mais importante que a presidência da



Foto: Divulgação

Átila Lins é um dos parlamentares amazonenses mais empenhados na nova batalha em favor da ZFM

Comissão Especial, é a indicação de um parlamentar amazonense ao cargo de relator, uma forma de garantir uma redação final que atenda aos interesses do Amazonas, protegendo a ZFM.

Segundo Rebecca, as conversas entre a bancada amazonense e o presidente da Câmara já estão adiantadas. "Eu mesma já tive reuniões com o presi-

dente da Câmara há quase seis meses, então essa discussão já vem há muito tempo. Resta a ele (presidente Marco Maia) decidir o melhor nome. Eu não vejo motivo algum para colocar alguém de outro Estado, já que o interesse direto é do Amazonas", disse ela.

A deputada se mostra confiante com relação à escolha, mas, preferiu não indicar um

nome específico, afirmando que o importante é garantir a relatoria para o Amazonas. "Acredito que qualquer que seja o deputado relator, sendo do Amazonas, o nosso Estado ganha. Eu tenho muita confiança de que será alguém do Amazonas e quem quer que seja vai representar bem os interesses da nossa ZFM na hora de fazer o relatório", acrescenta.

China

Concorrência breca investimentos

Empresas reivindicam contrapartidas para permitir a competitividade diante da disputa desleal com os chineses

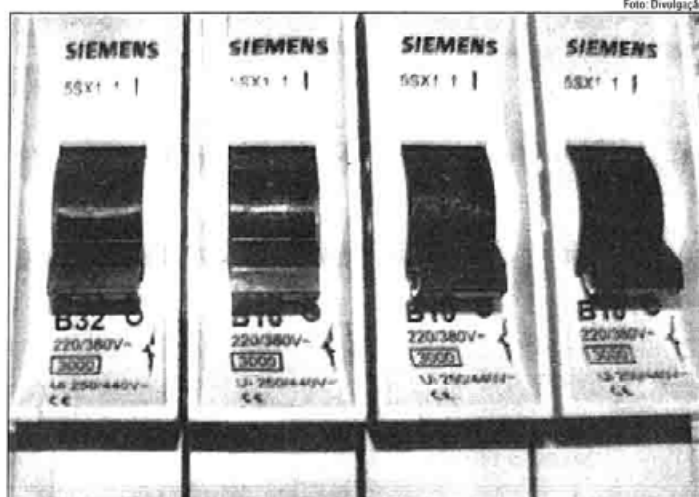
Juliana Geraldo

Multinacionais traçam planos de expansão no PIM, mas, o interesse continua esbarrando na concorrência com os produtos importados da China. É o caso da fabricante de produtos eletrônicos Siemens, que na semana passada esteve em reunião com a Seplan (Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico).

De acordo com nota da secretaria, o presidente da empresa, Paulo Stark, se disse interessado em consolidar novos investimentos no parque industrial, "mas, demonstrou preocupação com a concorrência, considerada predatória dos produtos similares chineses importados", diz um trecho do comunicado.

O titular da Seplan-AM, Ailton Claudino, confirmou a preocupação da fabricante. "Ela -Siemens- quer continuar investindo, mas em contrapartida solicita apoio do Mdic (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e do governo do Estado com soluções para combater a invasão chinesa", detalhou.

O analista econômico da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Gilmar Freitas, diz não acreditar que o governo federal venha propor medidas restritivas com a China para não prejudicar a relação entre as nações, uma



Siemens produz uma série de produtos, como disjuntores elétricos, que sofre com a concorrência chinesa

vez que o país asiático é grande importador das commodities brasileiras.

Ele lembra que o governo já lançou medidas de incentivo em relação ao II (Imposto de Importação) e ao IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) para tentar barrar a concorrência.

A partir do próximo mês, por exemplo, a alíquota do IPI de condicionadores de ar do tipo split, microondas e motocicletas de baixa cilindrada -principais itens atingidos pela invasão asiática- será elevada para 35% para aqueles produtos fabri-

cados fora da Zona Franca de Manaus.

O presidente do Sinaes (Sindicato das Indústrias de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus) e empresário do setor eletroeletrônico, Celso Piacentini, diz que as medidas são específicas para alguns produtos e portanto, a eficácia das ações é limitada.

"Acredito que as empresas não estejam querendo mais incentivos, o que querem são garantias", aponta.

Segundo o representante, em nível estadual, uma das garan-

tias pode ter relação com o estudo de competitividade solicitado pela Seplan para as empresas instaladas no polo industrial. O objetivo é rever o incentivo oferecido pelo Estado.

"Talvez uma das garantias pedidas pela Siemens tenha sido em relação ao estudo de competitividade do governo que pode mexer no valor dos incentivos concedidos as empresas. Pode ser que a empresa queira a certeza de que não vai se instalar aqui e depois não ter o incentivo e assim não ter nem a condição atual de competir com

os produtos asiáticos. Situações como essa geram inseguranças no investidor", explicitou.

Entretanto, até o momento, de acordo com os últimos indicadores da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), o número de investimentos ainda não foi comprometido.

No ano passado, por exemplo, fabricantes de eletroeletrônicos investiram US\$ 3,368 bilhões no PIM. Este ano, só no primeiro semestre, os investimentos já chegam a US\$ 3,34 bilhões, igualando as cifras do que foi aplicado durante o ano de 2012.

Análise

Gilmar Freitas explica que a valorização do dólar -cotado hoje em R\$ 2,02- arrefeceu um pouco o problema dos importados. "O produto chinês deixou de ser tão vantajoso como era com a cotação do início do ano por

exemplo. Isso nos possibilitou de uns meses para cá, uma melhoria na competitividade, sobretudo do setor eletroeletrônico. No entanto, a China tem um estoque de produtos alto e não está escoando para a Europa e para os Estados Unidos da mesma forma que vinha fazendo antes da crise econômica mundial. Então, eles enxergam no Brasil um caminho e seguem vendendo para cá a preços irrisórios", avaliou.

Para não concorrer com a China, o analista sugere que as empresas invistam em tecnologia de inovação para viabilizar um custo de produção menor.

Ailton Claudino afirma que a Seplan-AM já estuda meios para amenizar os impactos da concorrência chinesa.

"Queremos equacionar o problema para que ele não venha a ser um impeditivo concreto para novos investimentos", finalizou.

Por dentro

CHINA

De janeiro a julho deste ano, o Brasil importou o equivalente a US\$ 2,75 bilhões em produtos e insumos chineses, 17,15% a mais na comparação com o mesmo período do ano passado.

As importações vindas da Coreia do Sul, que também figura entre os principais países de origem dos produtos trazidos pelo Brasil, totalizaram no acumulado dos sete primeiros meses do ano, US\$ 1,24 bilhão, cifra 5,67% superior ao acumulado em igual intervalo de 2011.

Ronaldo Castro



A ZONA FRANCA DE MANAUS, com toda certeza. Esse é um daqueles projetos em milhões que podemos dizer que deu certo, modelo de modernidade e desenvolvimento. O Polo Industrial de Manaus tem em décadas mostrado que é possível sim desenvolver sem agredir a natureza e respeitando o meio ambiente. Como todos sabem, novamente seus incentivos estão em cheque, graças às manobras do Estado de São Paulo, que tenta mais uma vez tirar os incentivos da Zona Franca, garantidos pela Constituição. Isso se deve em boa parte à sonolência dos nossos deputados e senadores, que parece que dormem em berço esplêndido lá em Brasília. Força Zona Franca de Manaus! Sobe.



O GOVERNO DE SÃO PAULO, que está recorrendo ao Supremo Tribunal Federal para suspender os incentivos fiscais à Zona Franca de Manaus através de uma Adin (Ação Direta de Inconstitucionalidade). Vez por outra o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, 'ataca' com toda a sua fúria o Estado do Amazonas, querendo à força derrubar o que é de direito e conquista do nosso povo e está lá na Constituição Federal. Com isso, o governador de São Paulo quer tirar a competitividade do nosso polo industrial. Olha, olha... atenção, governantes. Desce o Estado de São Paulo e as manobras do sr. Geraldo Alckmin.

NOTA DE REPÚDIO



NOTA DE REPÚDIO

A Ação Empresarial do Estado do Amazonas, que congrega os diversos segmentos econômicos, representando seus sindicatos filiados, vêm a público denunciar os ataques sistemáticos que sofre o modelo de desenvolvimento "Zona Franca de Manaus" pelo Governo do Estado de São Paulo.

Alegando defesa dos interesses do seu Estado, ignora os direitos constitucionais adquiridos pelo Estado do Amazonas, através do art. 40 do ADCT da nossa Carta Magna, que estabelece e assegura para a Zona Franca de Manaus um regime tributário diferenciado. Pretende, portanto, destruir nossas conquistas.

Até quando o Governador de São Paulo abusará de nossa paciência? Até que ponto arrojará sua audácia? Será que não percebe que os seus planos e conspirações contra o povo amazonense são frutos da incompreensão e até mesmo do antipatriotismo?

Temos feito petições, temos argumentado em protesto, temos solicitado a interposição das autoridades judiciais, para acabar com as práticas do Governo de São Paulo. Tudo em vão; nossos protestos só têm produzido mais violência à legislação e ao direito; nossas razões foram ignoradas e fomos tratados com desconsideração.

Que justiça pode reivindicar um Estado para impossibilitar o progresso e o desenvolvimento de outro Estado que cumpre legalmente toda a legislação vigente, prejudicando o povo, os mais de 116.000 (cento e dezesseis mil) empregados diretos das empresas implantadas que atenderam ao chamamento do Governo Federal, fruto de um Plano Estratégico de ocupação da Amazônia Ocidental pelos brasileiros?

O respeito às normas legais é imprescindível para o estado de direito que deve imperar nas relações entre os membros da Federação, senão gera insegurança jurídica prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que acreditaram na manutenção das regras estabelecidas.

Lamentamos profundamente que o Sr. Alckmin não entenda o significado do modelo de desenvolvimento aqui existente. Nós enfrentamos toda a sorte de problemas infraestruturais, sendo justo haver um tratamento diferenciado para viabilizar investimentos que contribuem com o desenvolvimento sustentável da região, mantendo a preservação ambiental em 98% da área do Amazonas, gerando milhares de empregos, além de apresentar recolhimento significativo de impostos federais que correspondem a 54% de toda a arrecadação da região Norte.

Continuaremos rechaçando os ataques que sofremos, não movidos pelo rancor, mas pela razão, e essa há de prevalecer juridicamente nos tribunais.

Manaus, 24 de agosto de 2012.


Federação das Ind. do Estado do Amazonas (FIEAM)
Antonio Carlos da Silva, Presidente


Federação do Comércio de Bens e Serviços e
Turismo do Estado do Amazonas (FECOMERCIO)
José Roberto Tadros, Presidente


Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA)
Muni Lourenço Silva Júnior, Presidente


Associação Comercial do Amazonas (ACA)
Ismael Gicharra Filho, Presidente


Centro da Indústria do Estado Amazonas (CIEAM)
Wilson Luiz Buzato Pénico, Presidente

Veículos / Prorrogação

IPI: decisão só sai após reunião

Prazo termina dia 31, mas uma prorrogação dependerá do encontro de ministro com representantes dos setores beneficiados

DANIEL LIMA E KELLY OLIVEIRA
da Agência Brasil

BRASÍLIA - A definição sobre a prorrogação da medida que reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis e eletrodomésticos da linha branca poderá ser tomada após encontros do ministro da Fazenda, Guido Mantega, com representantes dos setores beneficiados, nesta semana.

O governo quer colher informações adicionais para tomar a decisão. No dia 31 de agosto, termina o prazo estabelecido pelo governo para a comercialização de automóveis e os eletrodomésticos da linha branca, com o imposto mais baixo, medida adotada para enfrentar a crise econômica. Várias concessionárias e lojas de eletrodomésticos vêm anun-

Validade

Os consumidores indecisos quanto à compra de carro devem ficar atentos, pois o benefício do IPI com alíquota reduzida valerá apenas para os veículos que forem faturados até o dia 31 deste mês, caso não haja prorrogação da medida.

ciando o fim do prazo e uma série de promoções. Na última quarta-feira, o presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade), Flávio Meneghetti, disse, à Agência Brasil, que não recebeu sinalização do governo sobre uma possível prorrogação da medida. Ele destacou que o setor tem pro-



Interessados na compra de veículos com redução do IPI devem estar atentos para faturamento até o próximo dia 31

curado mostrar ao governo que o IPI menor foi determinante para reverter resultados negativos. Segundo Meneghetti, no acumulado do ano até o último dia 21, as vendas de automóveis e comerciais leves cresceram 3,92%, em relação ao mesmo período de 2011. Foram 2,225 milhões de carros vendidos. Para ele, se a medida não for prorrogada, os números poderão não se manter.

DEVEM FICAR ATENTOS

Os consumidores indecisos sobre a compra do carro zero quilômetro devem ficar atentos, pois o benefício do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) com alíquota reduzida valerá apenas para os carros que forem faturados até o dia 31 deste mês.

A Receita Federal informou que o fato gerador do IPI ocorre na saída do veículo do estabelecimento fabricante.

Nesse momento, destaca o Fisco, deverá ser verificada qual é a alíquota vigente. As informações são da Agência Brasil. Assim, os fatos geradores ocorridos até 31 de agosto contarão com a alíquota reduzida.

Regras diferentes do ICMS confundem empresariado

Imposto tem especificidades em cada Estado, o que ajuda a elevar custo das empresas com escritórios de contabilidade

FILIPE OLIVEIRA

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

As constantes mudanças e a disparidade nas regras entre os Estados fazem do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) uma dor de cabeça para os empresários. Em cada unidade da Federação o imposto tem especificidades nas alíquotas, nos prazos e nos procedimentos burocráticos.

A simplificação seria um dos maiores objetivos de uma reforma tributária, mas a resistência dos Estados, dado o peso do ICMS na arrecadação (representa mais de 80% da receita), é um entrave.

Foram 20 modificações diárias em média neste mês em todo o país, segundo levantamento de Rita Andrade, coordenadora editorial da IOB

Folhamatic, que desenvolve softwares de contabilidade.

Podem surgir 60 normas em um dia, diz Flávia Martin, consultora da Fiscosoft, empresa que fornece informações e cursos de tributação.

Entre as mudanças do dia 23, por exemplo, estavam a redução da alíquota cobrada para suco de laranja em São Paulo e a mudança da base de cálculo do imposto na venda de materiais de construção no Rio Grande do Sul.

Além disso, ao menos sete Estados editaram decretos neste mês para reverter a arrecadação do imposto com a venda de Big Mac do dia 24, quando houve campanha em prol de instituições de combate ao câncer infantil.

"Uma mudança provocada por uma alteração dessas pode afetar todo um planejamento", diz Tales Giarretta, diretor da

Toyo Setal, empresa do setor de petróleo e gás.

Ele diz que a empresa se associou a executivos japoneses e que há surpresa quando eles se deparam com a burocracia tributária brasileira.

Desbravamento

Outra dificuldade é a diferença de procedimentos que existe em cada legislação estadual. "A pessoa às vezes nem consegue saber que precisa seguir determinadas normas, preencher certos papéis", diz o advogado tributarista Antonio Carlos Rodrigues do Amaral.

O juiz do TIT (Tribunal de Impostos e Taxas) e sócio do escritório LBZ Advocacia Raphael Garofalo elenca entre as peculiaridades estaduais (veja texto abaixo) um selo de autenticidade que deve ser colado em todas as notas fiscais que chegam ao Acre.

Já para a compra de uma mercadoria que vai do Espírito Santo para São Paulo, é necessário que a nota fiscal tenha registrada a placa do caminhão e o volume transportado.

DIFERENÇAS

Em cada unidade da Federação, o ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) tem especificidades nas alíquotas, nos prazos e nos procedimentos burocráticos

tado, sob pena de multa.

Para Amaral, "o emaranhado de normas é tão grande que o empreendedor brasileiro precisa ter um espírito desbravador".

Guerre fiscal

Segundo o advogado tributarista Fábio Soares de Melo, novas leis surgem em grande quantidade devido a fatores como a necessidade do fisco de se adaptar a novos negócios e melhorar a fiscalização e arrecadação.

Ele também atribui parte da responsabilidade à "guerra fiscal" entre os Estados, ou seja, a ação com objetivo de conseguir atrair investimentos de outras localidades concedendo benefícios para determinadas operações.

Segundo ele, a complexidade e a quantidade de alterações na lei geram um custo extra para as empresas, que necessitam do auxílio de escritórios de contabilidade e consultorias fiscais e jurídicas na apuração do imposto.

Apesar da burocracia, Soares de Melo diz existir um

ponto positivo no sistema, pois o empreendedor tem a possibilidade de procurar um local que, dentro da legislação, ofereça vantagens a ele.

Muitos desses incentivos, porém, são concedidos sem a autorização do Confaz - órgão do Ministério da Fazenda integrado por representantes de todos os Estados.

Edital para súmula vinculante no Supremo Tribunal Federal pretende tornar inconstitucional todo incentivo dado sem autorização.

Também como forma de combater a guerra fiscal, o governo federal discute com os Estados a redução da alíquota do ICMS nas transações interestaduais. A ideia é ir dos atuais 12% e 7% para 4%.

A Folha procurou o Confaz, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

Tributação

Substituição gera controvérsias

A substituição tributária, em que uma parte fica responsável pelo recolhimento do ICMS de toda a cadeia, é considerada pela consultora Flavia Martin o ponto mais complexo do ICMS.

A ideia da substituição, segundo o advogado Antonio Carlos Rodrigues do Amaral, é interessante no caso de itens em que existe uma alta concentração na produção e dispersão na distribuição, como refrigerantes ou cigarros.

No entanto, como antecipa o recebimento do imposto pelos Estados e facilita a fiscalização, o sistema passou a ser utilizado para qualquer tipo de produto indistintamente, diz o tributarista.

Além disso, não há consenso entre Estados so-

bre todos os produtos que estão sujeitos a esse regime de tributação. Nem sobre as margens de valor agregado (MVA), estimativa do valor final do produto substituído sobre o qual se aplica a alíquota.

Em transações interestaduais sujeitas à substituição, o fornecedor é responsável por recolher o imposto e entregá-lo ao Estado de destino da mercadoria.

Como nem sempre há consenso sobre o que deve ser substituído, a consequência é o surgimento de "barreiras alfandegárias" entre Estados, com o objetivo de garantir o recebimento antecipado do imposto.

"Estamos indo na contramão dos blocos desenvolvidos, que estão acabando

com as barreiras", diz Bruno Quick, gerente de políticas públicas do Sebrae.

Pequenas Empresas

De acordo com Quick, a substituição tributária, do modo como é tratada atualmente, é responsável por diminuir a eficácia do Simples Nacional, regime de tributação simplificado para micro e pequenas empresas que unifica impostos.

Se uma indústria optante do Simples, por exemplo, produz um produto que tem ICMS pago por substituição tributária, terá que pagar a alíquota do produto em separado e realizar uma contabilidade paralela para este. Isso gera custos com os quais a pequena empresa nem sempre consegue lidar.

PECULIARIDADES ESTADUAIS DO ICMS

Algumas exigências próprias de cada Estado que burocratizam o ICMS

Acre

Cada nota fiscal que chega ao Estado deve receber um selo de autenticidade aprovado pela Secretaria da Fazenda

Goiás

Para realizar cadastro como contribuinte em regime de substituição tributária, é necessário apresentar comprovante de arrecadação ao Estado dos últimos seis meses

Rio de Janeiro

Nota fiscal de produto que vai do ES para SP e passa pelo Estado deve trazer o volume do produto transportado e o número da placa do caminhão

São Paulo

É cobrada alíquota estadual se uma empresa do RS pede que um fornecedor de SP leve determinada mercadoria para cliente no Estado do Sudeste. Para pagar a alíquota interestadual, caminhões têm de atravessar a fronteira com o produto e receber um carimbo

Mato Grosso do Sul

Para ter isenção de ICMS para exportação, é necessário vender a mesma quantidade do produto no mercado interno

Fontes: Raphael Garofalo Silveira - juiz do Tribunal de Impostos e Taxas e sócio da LBZ advocacia; Bruno Scarioto de Moura Accioly e Paula Rosendon e Silva (advogados tributaristas)

Sérgio Frota



PRESIDENTE da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, deputado Ricardo Nicolau; deputado Adjuto Afonso, autor da homenagem prestada a FIEAM, em comemoração dos 52 anos da instituição; presidente da FIEAM Antônio Silva, recebendo a homenagem e o superintendente da Suframa, Thomaz Nogueira, na Assembleia Legislativa do Amazonas

Sérgio Frota



GOVERNADOR Omar Aziz tem sido incansável na defesa da Zona Franca de Manaus, contra o poderoso Estado de São Paulo com certeza o nosso grande líder, junto com nossa bancada de parlamentares saberão encontrar, dentro da lei, uma forma de mostrar que estamos trabalhando dentro das garantias Constitucionais asseguradas por nossa Constituição Federal de 1988

Valor das notificações por irregularidades no trabalho cai em R\$ 11 mi

Queda acontece em período de menor fiscalização

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Jair Araújo/13/02/06

MANAUS

A Superintendência Regional do Trabalho (SRTE) realizou 30% menos fiscalizações no primeiro semestre de 2012, em comparação com o mesmo período do ano passado. Na primeira metade do ano, foram 1.319 empresas que receberam os fiscais do órgão, contra 1.875 em igual intervalo do ano anterior. As notificações por causa de irregularidades, neste período, caíram em R\$

11,6 milhões.

Além do número reduzido de valor notificado, a quantidade de empresas encontradas em situação irregular caiu 44%, saindo de 797 para 446. Nos primeiros seis meses de 2011, foram lavrados 2.170 autos de infração, enquanto em 2012 o registro foi de 1.443. Os dados são do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Conforme balanço do Ministério do Trabalho, a identificação de crianças e adolescentes no mesmo período em que houve queda nas fiscalizações caiu quase 60%, ao passar de 322 para 129.

OS NÚMEROS

1.594

empresas foram autuadas em todo o ano passado pela Superintendência do Trabalho, quando foram fiscalizadas 3.984.

De acordo com o titular da SRTE, Dermilson Chagas, os cursos de qualificação realizados pelos fiscais do trabalho foram os principais responsáveis pela fiscalização inferior à do ano passado.

Romário defenderá ZFM

A que ponto chegamos. Na falta de nossa bancada federal que se ausentou na votação da PEC da Música na Câmara Federal quem passará a defender a Zona Franca de Manaus será o craque Romário, deputado federal pelo Rio de Janeiro. Foi Romário que fez a defesa da Zona Franca durante a votação da PEC da Música. O convite para que o deputado federal carioca venha à Manaus está sendo for-

malizado pelos vereadores Mário Frota e Fabrício Lima.

“Queremos que o Romário fale na Câmara Municipal de Manaus e na Assembleia Legislativa do Estado sobre os problemas da Zona Franca de Manaus e ao mesmo tempo, receba novas informações para continuar defendendo da melhor maneira possível o nosso modelo”, destacou o vereador Fabrício Lima.

NOTA DE REPÚDIO



NOTA DE REPÚDIO

A Ação Empresarial do Estado do Amazonas, que congrega os diversos segmentos econômicos, representando seus sindicatos filiados, vêm a público denunciar os ataques sistemáticos que sofre o modelo de desenvolvimento "Zona Franca de Manaus" pelo Governo do Estado de São Paulo.

Alegando defesa dos interesses do seu Estado, ignora os direitos constitucionais adquiridos pelo Estado do Amazonas, através do art. 40 do ADCT da nossa Carta Magna, que estabelece e assegura para a Zona Franca de Manaus um regime tributário diferenciado. Pretende, portanto, destruir nossas conquistas.

Até quando o Governador de São Paulo abusará de nossa paciência? Até que ponto arrojará sua audácia? Será que não percebe que os seus planos e conspirações contra o povo amazonense são frutos da incompreensão e até mesmo do antipatriotismo?

Temos feito petições, temos argumentado em protesto, temos solicitado a interposição das autoridades judiciais, para acabar com as práticas do Governo de São Paulo. Tudo em vão; nossos protestos só têm produzido mais violência à legislação e ao direito; nossas razões foram ignoradas e fomos tratados com desconsideração.

Que justiça pode reivindicar um Estado para impossibilitar o progresso e o desenvolvimento de outro Estado que cumpre legalmente toda a legislação vigente, prejudicando o povo, os mais de 116.000 (cento e dezesseis mil) empregados diretos das empresas implantadas que atenderam ao chamamento do Governo Federal, fruto de um Plano Estratégico de ocupação da Amazônia Ocidental pelos brasileiros?

O respeito às normas legais é imprescindível para o estado de direito que deve imperar nas relações entre os membros da Federação, senão gera insegurança jurídica prejudicial ao crescimento e ao desenvolvimento de empreendimentos econômicos que acreditaram na manutenção das regras estabelecidas.

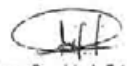
Lamentamos profundamente que o Sr. Aikmin não entenda o significado do modelo de desenvolvimento aqui existente. Nós enfrentamos toda a sorte de problemas infraestruturais, sendo justo haver um tratamento diferenciado para viabilizar investimentos que contribuem com o desenvolvimento sustentável da região, mantendo a preservação ambiental em 98% da área do Amazonas, gerando milhares de empregos, além de apresentar recolhimento significativo de impostos federais que correspondem a 54% de toda a arrecadação da região Norte.

Continuaremos rechaçando os ataques que sofremos, não movidos pelo rancor, mas pela razão, e essa há de prevalecer juridicamente nos tribunais.

Manaus, 24 de agosto de 2012.


Federação das Ind. do Estado do Amazonas (FIEAM)
Antonio Carlos da Silva, Presidente


Federação do Comércio de Bens e Serviços e
Turismo do Estado do Amazonas (FECOMERCIO)
José Roberto Tadros, Presidente


Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas (FAEA)
Muni Lourenço Silva Júnior, Presidente


Associação Comercial do Amazonas (ACA)
Ismael Bicharra Filho, Presidente


Centro da Indústria do Estado Amazonas (CIEAM)
Wilson Luiz Buzato Périco, Presidente